

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA



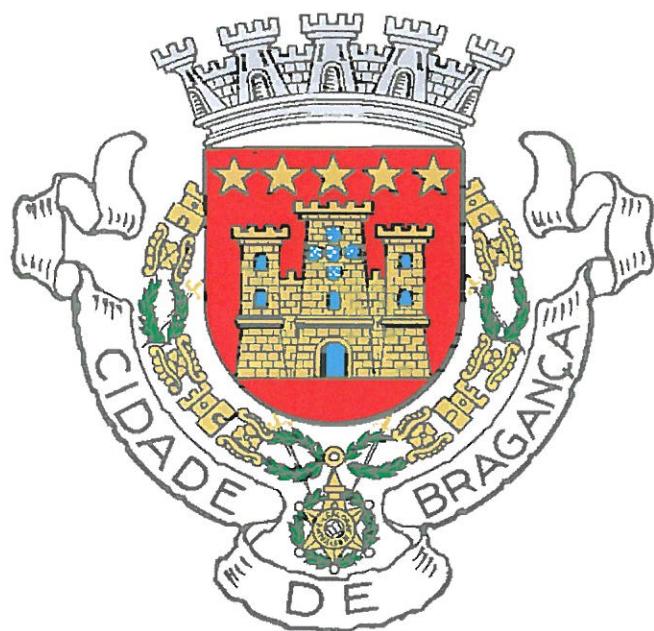
Y
J
G



Consolidação de Contas | 2012

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS 2012

1. INTRODUÇÃO

O n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro que aprovou a Lei das Finanças Locais (LFL) estabelece que *"Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local, devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos."*

Acrescenta-se, ainda, naquela norma legal (n.º 2) que «Os procedimentos contabilísticos para consolidação de balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais são os definidos no POCAL.», facto até à data ainda não foi concretizado.

Constata-se, por outro lado, que o POCAL, ao não fazer referência à exigibilidade da consolidação de contas relacionando toda a atividade do município, gerida indireta ou diretamente pelo executivo, limita a análise global da aplicação dos recursos autárquicos, bem como constrange o controlo da respetiva economia, eficiência e eficácia da ação de desenvolvimento das políticas públicas. Face igualmente à necessidade legal, de consolidar contas, publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º 1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de *"Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo"*.

Refere o artigo 5.º da mesma norma legal (regime transitório) que até à publicação de normas de consolidação de contas previstas nos planos sectoriais ou de uma norma única de consolidação de contas aplicável a toda as administrações públicas que compõem o sector público administrativo, devem ser observados os princípios de consolidação de contas estabelecidos na presente portaria.

Face à necessidade de aplicação deste regime pelos municípios portugueses de forma coerente, harmoniosa e comparável, e considerando as lacunas existentes na articulação dos vários normativos, Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010, foram emanadas pelo grupo SATAPCAL em Maio de 2011, um conjunto de instruções que visavam permitir a articulação dos vários regimes.

2. OBJETIVO DA CONSOLIDAÇÃO

Podemos referir que a consolidação de contas é uma técnica paracontabilística que tem por finalidade elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um grupo de sociedades, como se de uma única entidade se tratasse. Na consolidação, as empresas do grupo abdicam da sua individualidade, a favor da lógica do grupo tendo como objetivo dar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do "grupo público".

Torna-se, então, necessário proceder à consolidação de contas do Município de Bragança, para que seja possível avaliar, quer o desempenho económico, quer a situação financeira do conjunto das empresas abrangidas na consolidação.



3. PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, o grupo é constituído pelo Município e entidades do sector empresarial cujo capital seja detido na totalidade (100%). A entidade contabilística consolidante é o Município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, participadas a 100%, constituídas pelo Mercado Municipal de Bragança, E. M. e a Terra Fria Carnes, Lda.

4. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Tendo em conta que o município detém a totalidade do capital das entidades do sector empresarial local, o método a utilizar é o de consolidação integral.

Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

A Orientação n.º 1/2010 uniformiza princípios, normas, procedimentos e conceitos nos diversos Planos Sectoriais de Contabilidade do Sector Público, contribuindo deste modo para a melhoria da qualidade da informação prestada pelas demonstrações financeiras consolidadas do Sector Público. No entanto verifica-se uma discrepância ao nível de normas contabilísticas entre o Sector Público e Privado, o que levanta alguns problemas nos procedimentos de consolidação.

O Sector privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpõe para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos de Contabilidade do Sector Público ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões.

O facto do Sector Público ainda não ter adaptado os Planos Oficiais de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade obriga a conversões e ajustamentos nomeadamente ao nível dos, Planos de contas (códigos diferentes), Valorimetria (o SNC admite o critério do justo valor, o qual não é aceite pelo sector público) e Impostos diferidos (não previstos no POCAL).



RELATÓRIO DE GESTÃO

A apreciação feita seguidamente tem como suporte o Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados Consolidada, documentos contabilísticos de base. O primeiro mapa, abrange os elementos acumulados até à data, sendo um documento estático, evidencia a posição financeira e patrimonial do grupo, onde constam os seus bens, direitos e dívidas a pagar, permitindo assim uma análise precisa da composição qualitativa do património que representa. A Demonstração de Resultados apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) servindo para avaliar a aplicação dos recursos utilizados em determinado período, permitindo apurar o resultado líquido do exercício, bem como a análise da composição dos seus diferentes resultados.

Com o objetivo de analisar a situação financeira consolidada do grupo, apresentam-se seguidamente os Balanços relativos ao exercício de 2011 e 2012.

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

	2012		2011	
	Valor	estrutura	Valor	estrutura
ATIVO				
Ativo Fixo				
Bens de domínio Público	114.755.662,71	55,38%	115.794.577,24	57,29%
Imobilizações incorpóreas	443.139,37	0,21%	521.094,93	0,26%
Imobilizações corpóreas	84.318.539,40	40,69%	77.813.850,65	38,50%
Investimentos financeiros	1.436.469,69	0,69%	1.236.469,69	0,61%
Total (Ativo Fixo)	200.953.811,17	96,99%	195.365.992,51	96,67%
Ativo Circulante				
Existências	442.278,03	0,21%	460.994,63	0,23%
Dívidas de Terceiros	3.104.497,50	1,50%	3.625.938,71	1,79%
Títulos negociáveis	1.997,60	0,00%	1.997,60	0,00%
Depósitos em instituições financeiras e	1.500.032,32	0,72%	1.698.149,61	0,84%
Total (Ativo Circulante)	5.048.805,45	2,44%	5.787.080,55	2,86%
Acréscimos e Diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	1.140.529,91	0,55%	909.607,90	0,45%
Custos diferidos	54.336,46	0,03%	42.175,68	0,02%
TOTAL (ACTIVO)	207.197.482,99	100,00%	202.104.856,64	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO				
Fundos Próprios				
Património	94.234.357,32	45,48%	91.900.688,12	45,47%
Reservas	2.223.555,20	1,07%	2.100.730,51	1,04%
Doações	14.803.409,47	7,14%	14.761.409,47	7,30%
Diferenças de consolidação	10.972,17	0,01%	10.972,17	0,01%
Resultados Transitados	9.763.977,87	4,71%	10.060.327,68	4,98%
Resultados Líquido do Exercício	1.862.215,99	0,01%	2.329.464,78	1,15%
Total (Fundos Próprios)	122.898.488,02	59,31%	121.163.592,73	59,95%
Passivo				
Provisões para Riscos e Encargos	9.746.282,45	4,70%	9.272.161,96	4,59%
Dívida a Terceiros - ML prazos	8.168.052,72	3,94%	9.298.648,26	4,60%
Dívida a Terceiros - Curto prazo	5.346.528,82	2,58%	5.602.366,71	2,77%
Acréscimos e Diferimentos		0,00%		0,00%
Acréscimos de Custos	1.069.382,74	0,52%	973.939,11	0,48%
Proveitos Diferidos	59.968.748,24	28,94%	55.794.147,87	27,61%
TOTAL (Passivo)	84.298.994,97	40,69%	80.941.263,91	40,05%
TOTAL (FUNDOS PRÓPRIOS+PASSIVO)	207.197.482,99	100,00%	202.104.856,64	100,00%

Através da análise do quadro e para o ano de 2012, podemos referir que ao nível do ativo líquido, com o valor de 207.197.482,99 euros, o agregado que apresenta maior peso relativo é o ativo fixo, com uma representatividade de 96,99%, em termos absolutos, 200.953.811,17 euros. Na estrutura dos fundos próprios, destaca-se o valor do património, representando 45,48% dos fundos próprios e passivo.

Ao nível do passivo, que representa 40,69% dos fundos próprios e passivo, a rubrica de dívidas a terceiros (médio e longo prazos e curto prazos) representam 16,03% do passivo.

A evolução patrimonial no período permite-nos concluir que o balanço consolidado sofre um incremento global em valor absoluto de 5.092.626,35 euros, ou seja, 2,52% repartida pelas seguintes rubricas:


ATIVO FIXO – Representando 96,99% do ativo líquido, apresenta um acréscimo em valores absolutos de 5.587.818,66 euros, ou seja 2,86%. A rubrica com o aumento mais acentuada foi a de *Imobilizações corpóreas* (que representam 40,69%) com 6.504.688,75 euros;


ATIVO CIRCULANTE – apresenta uma diminuição de 738.275,10 euros, ou seja, 12,76% em relação ao ano anterior. São as *Dívidas de Terceiros* diminuídas em 521.441,21 euros que mais contribuíram para esta variação;


ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS – provenientes da aplicação do princípio contabilístico da especialização dos exercícios, compreendem os *acréscimos de proveitos* com um acréscimo de 230.922,01 euros relativamente ao ano anterior e os *custos diferidos*, também com a mesma tendência apresentando uma variação de 12.160,78 euros;

FUNDOS PRÓPRIOS – Os Fundos próprios registaram um acréscimo de 1,43%, ou seja, 1.734.895,29 euros. Da sua variada composição, apresenta maior relevância o incremento do Património que contribuiu positivamente com 2.333.669,20 euros;

PASSIVO – Tendo sofrido um acréscimo de 4,15%, deverá ser analisado segundo os vários contributos, ou seja, vertentes das provisões, dívidas a terceiros e acréscimos e diferimentos:

- ✓ no ano de 2012 foram incrementadas provisões para riscos e encargos no valor de 474.120,49 euros;
- ✓ no que concerne ao passivo exigível, que comporta a dívida a terceiros de Médio e Longo e Curto Prazos apresentam relativamente a 2011, uma redução de 1.386.433,43 euros;
- ✓ relativamente aos acréscimos e diferimentos, nomeadamente ao nível dos proveitos diferidos, em valores absolutos aumentaram 4.174.600,37 euros, representam globalmente 28,94% do passivo.

A nível da Demonstração de Resultados Consolidada, o ano de 2012, apresenta custos totais no valor de 27.774.476,05 euros, sendo que os proveitos são no valor de 29.636.692,04 euros, o Resultado Líquido ascende a 1.862.215,99 euros. Este resultado, regista comparativamente a 2011 uma diminuição de 20,06%, em valor absoluto 467.248,79 euros determinado essencialmente pela diminuição dos resultados operacionais.

Analizando a estrutura dos custos do grupo municipal, e por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos representam 38,76%, amortizações 22% e custos com pessoal 21,96%.

Ao nível dos proveitos, igualmente por ordem de grandeza, as transferências e subsídios representam 49,13%, impostos e taxas 19,69% e vendas e prestação de serviços 18,19%.



BALANÇO CONSOLIDADO 2012

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	ATIVO	MUNICIPIO DE	MERCADO	TERRA FRIA	BALANÇO	CORREÇÕES	BALANÇO CONSOLIDADO	BALANÇO CONSOLIDADO
		BRAGANÇA	MUNICIPAL DE BRAGANÇA,E.M.	CARNES, LDA.	CORRIDO	CONSOLIDAÇÃO	2012	2011
		AL	AL	AL	AL	AL	AL	AL
	Imobilizado:							
451	Bens do domínio público	5.137.158,58			5.137.158,58		5.137.158,58	5.090.733,20
452	Terrenos e recursos naturais	371.164,26			371.164,26		371.164,26	378.497,54
453	Edifícios	99.185.661,81			99.185.661,81		99.185.661,81	93.727.080,91
455	Outras construções e infra-estruturas	1.144.008,72			1.144.008,72		1.144.008,72	1.121.333,14
456	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00			0,00		0,00	0,00
445	Outros bens de domínio público	8.917.669,34			8.917.669,34		8.917.669,34	15.476.932,45
446	Imobilizações em curso	0,00			0,00		0,00	0,00
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público							
	114.755.662,71	0,00	0,00	114.755.662,71	0,00	114.755.662,71	115.704.577,24	
	Imobilizações Incorpóreas							
431	Despesas de instalação	363.428,43			363.428,43		363.428,43	496.548,27
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	20.310,99			20.310,99		20.310,99	24.546,66
433	Propriedade industrial e outros direitos				0,00		0,00	0,00
443	Imobilizações em curso	59.399,95			59.399,95		59.399,95	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00			0,00		0,00	0,00
	443.139,37	0,00	0,00	443.139,37	0,00	443.139,37	521.004,93	
	Imobilizações corpóreas							
421	Terrenos e recursos naturais	17.591.427,71		104.391,26	17.695.818,97		17.695.818,97	17.494.326,48
422	Edifícios e outras construções	49.278.868,78	4.562.003,16	101.801,68	53.942.673,62		53.942.673,62	52.877.404,44
423	Equipamento básico	1.212.712,42		16.075,56	1.239.886,17		1.239.886,17	1.447.358,28
424	Equipamento de transporte	1.001.909,65			1.001.909,65		1.001.909,65	1.037.312,60
425	Ferramentas e utensílios	183.944,58			183.944,58		183.944,58	211.468,30
426	Equipamento administrativo	408.682,92		20,70	-2.143,97	406.559,95	406.559,95	381.860,80
427	Taras e vasilhame	0,00			0,00		0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	12.496,27		1.162,20	-39,36	13.619,11	13.619,11	16.671,21
442	Imobilizações em curso	9.834.127,65				9.834.127,65	9.834.127,65	4.347.430,54
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	0,00				0,00	0,00	0,00
	79.524.169,98	4.579.261,62	215.107,80	84.318.539,40	0,00	84.318.539,40	77.813.850,65	
	Investimentos financeiros							
411	Partes de capital	3.190.975,40			3.190.975,40	-2.483.027,82	707.047,58	507.947,58
412	Obrigações e títulos de participação				0,00		0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	726.522,11			726.522,11		726.522,11	726.522,11
415	Outras aplicações financeiras	2.000,00			2.000,00		2.000,00	2.000,00
441	Imobilizações em curso				0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				0,00		0,00	0,00
	Diferenças de consolidação							
	3.919.497,51	0,00	0,00	3.919.497,51	-2.483.027,82	1.436.469,69	1.236.469,69	
	Circulante:							
	Existências:							
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo							
35	Produtos e trabalhos em curso							
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos							
33	Produtos acabados e intermédios							
32	Mercadorias							
37	Adiantamentos por conta de compras							
	442.278,03	0,00	0,00	442.278,03	0,00	442.278,03	460.994,63	
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)							
282	Empréstimos concedidos							
	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:							
281	Empréstimos concedidos							
211	Clientes c/c	67.058,03		49.993,62	117.051,65	4.009,28	112.052,37	156.495,18
212	Contribuintes c/c						0,00	
213	Utentes c/c	433.866,13			433.866,13		433.866,13	432.443,38
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	56.794,01	0,00	0,00	56.794,01		56.794,01	43.080,72
251	Devedores pela execução do orçamento				0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores				0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	13.244,60		13.850,19	27.103,79		27.103,79	28.168,75
264	Administração autárquica	70,50		5.320,05	2.542.035,47	-68.254,27	2.473.781,20	2.965.750,68
262+263+267+268	Outros devedores	2.536.644,92		69.172,86	3.176.851,05	-72.353,55	3.104.497,50	3.625.938,71
	Títulos negociáveis:							
151	Ações				0,00		0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação				0,00		0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública				0,00		0,00	0,00
159	Outros títulos				0,00		0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	1.000,00		997,60	1.097,60		1.097,60	1.097,60
	0,00	1.000,00	997,60	1.097,60	0,00	1.097,60	1.097,60	
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:							
12	Depositos em instituições financeiras	1.463.961,40	10.290,25	10.262,12	1.484.513,77		1.484.513,77	1.685.223,30
11	Caixa	15.413,55	105,00	0,00	15.518,55		15.518,55	12.926,31
	Acréscimos e diferimentos:	1.479.374,95	10.395,25	10.262,12	1.500.032,32	0,00	1.500.032,32	1.698.149,61
271	Acréscimos de proveitos	1.141.113,88		0,00	1.141.113,88	-583,97	1.140.529,91	909.607,90
272	Custos diferidos	48.059,08	4.151,57	1.125,81	54.336,46		54.336,46	42.175,68
	1.190.172,96	4.151,57	1.125,81	1.195.450,34	-583,97	1.194.866,37	951.783,58	
	Total de amortizações							
	Total de provisões.....							
	Total do activo	204.781.600,57	4.675.181,57	296.666,19	209.753.448,33	-2.555.965,34	207.197.482,99	202.104.856,64

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

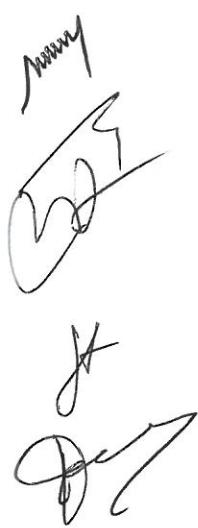
CÓDIGO DAS CONTAS POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	MUNICIPIO DE	MERCADO	TERRA FRIA	BALANÇO	CORREÇÕES	BALANÇO	BALANÇO
		BRAGANÇA	MUNICIPAL DE BRAGANÇA,E.M.	CARNES, LDA.	CORRIDO	CONSOLIDAÇÃO	CONSOLIDADO 2012	CONSOLIDADO 2011
51	Fundos próprios:							
55	Património	94.234.357,32	1.859.000,00	634.999,99	96.728.357,31	-2.493.999,99	94.234.357,32	91.900.688,12
56	Ajustamento de partes de capital em empresas			128.598,53	128.598,53		128.598,53	128.598,53
571	Reservas de reavaliação							
572	Reservas legais	2.094.956,67			2.094.956,67		2.094.956,67	1.972.131,98
573	Reservas estatutárias				0,00			
574	Reservas contratuais				0,00			
575	Reservas livres				0,00			
576	Subsídios				0,00			
577	Doações	14.678.759,87		124.649,60	14.803.409,47		14.803.409,47	14.761.409,47
59	Reservas decorrentes de transferências de activos							
88	Outras Variações no Capital Próprio							
	Diferenças de consolidação							
	Resultados transitados	11.256.304,83	-437.001,68	-873.300,36	9.046.002,79	10.972,17	10.972,17	10.972,17
	Resultado líquido em exercício	1.848.342,90	-82.883,83	-85.267,97	1.680.191,10	-182.024,02	9.763.977,87	10.060.327,68
		124.112.721,59	1.339.114,49	-70.320,21	125.381.515,87	-2.483.027,65	122.898.488,02	121.163.592,73
	Passivo:							
292	Provisões para riscos e encargos	9.746.282,45			9.746.282,45		9.746.282,45	9.272.161,96
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)							
2611	Emprestimos de Médio e Longo Prazo	7.010.927,34	691.364,11	223.905,86	7.926.197,31		7.926.197,31	8.992.192,55
	Fornecedores de Imobilizado c/c	241.855,41		0,00	241.855,41		241.855,41	306.455,71
		7.252.782,75	691.364,11	223.905,86	8.168.052,72	0,00	8.168.052,72	9.298.648,26
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo							
2312	Emprestimos de Médio e Longo Prazo				0,00		0,00	0,00
2311	Emprestimos de curto prazo			123.267,79	10.503,31	133.771,10	133.771,10	364.261,09
269	Adiantamentos por conta de vendas				0,00		0,00	0,00
2211+2212+2214+221	Fornecedores c/c	1.539.012,44	36.380,90	59.310,02	1.634.703,36	-14.758,17	1.619.945,19	1.094.827,39
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias				0,00		0,00	0,00
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	680.071,38			680.071,38	-4.099,28	675.972,10	1.336.127,64
252	Credores pela execução do orçamento				0,00		0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				0,00		0,00	0,00
2611+2614	Fornecedores de Imobilizado c/c	1.466.128,23	54.080,04	32.795,87	1.553.004,14	-54.080,04	1.498.924,10	1.190.030,25
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias				0,00		0,00	0,00
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia				0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	128.988,52	7.936,46	5.091,53	142.016,51		142.016,51	185.944,14
264	Administração autárquica	3.632,75			3.632,75		3.632,75	0,00
62+263+265+267+26	Outros credores	6.910,89	6.878,17	18.668,06	32.457,14		32.457,14	25.267,61
217	Clientes e Utentes com Cauções	1.239.809,93			1.239.809,93		1.239.809,93	1.399.908,59
		5.084.554,14	228.543,36	126.368,81	5.419.486,31	-72.937,49	5.346.528,82	5.602.366,71
	Acréscimos e Diferimentos:							
273	Acréscimos de Custos	1.043.541,97	9.129,04	16.711,73	1.069.382,74		1.069.382,74	973.939,11
274	Proveitos diferidos	57.561.717,67	2.407.030,57	0,00	59.968.748,24		59.968.748,24	55.794.147,87
		58.605.250,64	2.416.150,61	16.711,73	61.038.130,98	0,00	61.038.130,98	56.768.086,98
	Total do passivo	80.668.878,98	3.336.067,08	366.986,40	84.371.932,48	-72.937,49	84.298.994,97	80.941.263,91
	Total dos fundos próprios e do passivo	204.781.600,57	4.675.181,57	296.666,19	209.753.448,33	-2.555.065,34	207.197.482,99	202.104.856,64




DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA 2012

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

CÓDIGO DAS CONTAS		MUNICIPIO DE BRAGANÇA	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA,E.M.	TERRA FRIA CARNES, LDA.	DR Corrigido	Correções	DR Consolidado 2012	DR Consolidado 2011
						Consolidação		
61	Custos e perdas							
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:							
	Mercadorias	679.316,54		123.861,28	123.861,28		123.861,28	152.706,50
62	Matérias	10.574.613,82	165.858,83	0,00	679.316,54		679.316,54	1.139.150,01
	Fornecimentos e serviços externos:				10.849.823,99	-83.417,75	10.766.406,24	10.275.571,55
641+642	Custos com o pessoal:	4.878.156,08		106.751,00	5.046.366,20		5.046.366,20	5.520.000,61
643 a 648	Remunerações	1.012.809,66	12.774,96	27.266,05	1.052.850,67		1.052.850,67	1.100.866,59
63	Encargos sociais							
	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	927.118,70						
66	Amortizações do exercício	5.981.333,67	106.265,58	24.167,99	6.111.767,24	-180.000,00	6.111.767,24	1.029.893,19
67	Provisões do exercício	521.189,92	46.563,21	0,00	567.753,13		567.753,13	5.294.791,97
65	Outros custos operacionais	71.382,03	4.738,23	1.792,92	77.913,18		77.913,18	19.564,30
	(A)	24.645.920,42	397.659,93	393.190,58	25.436.770,93		25.173.353,18	24.629.386,48
68	Custos e perdas financeiros	251.843,73	23.702,41	13.485,50	289.031,64		289.031,64	368.489,27
	(C)	24.897.764,15	421.362,34	406.676,08	25.725.802,57		25.462.384,82	24.997.875,75
69	Custos e perdas extraordinários	2.269.737,36	23.326,45	21.052,31	2.314.116,12	-2.024,89	2.312.091,23	3.664.738,51
	(E)	27.167.501,51	444.688,79	427.728,39	28.039.918,69		27.774.476,05	28.662.614,26
	Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00		0,00		0,00	0,00
88	(G)	27.167.501,51	444.688,79	427.728,39	28.039.918,69		27.774.476,05	28.662.614,26
	Resultado líquido do exercício	1.848.342,90	-82.883,83	-85.267,97	1.680.191,10		1.862.215,99	2.329.464,78
	(X)	29.015.844,41	361.804,96	342.460,42	29.720.109,79	0,00	29.636.692,04	30.992.079,04
	Proveitos e ganhos							
	Vendas e prestações de serviços:							
7111	Venda de mercadorias	0,00		114.905,63	114.905,63		114.905,63	141.879,12
7112+7113	Venda de produtos	1.830.360,54			1.830.360,54	-23.175,85	1.807.184,69	2.581.776,02
712	Prestações de serviços	3.050.083,12	262.104,21	195.802,62	3.507.989,95	-39.993,00	3.467.996,95	3.085.559,56
72	Impostos e taxas	5.834.344,19			5.834.344,19		5.834.344,19	5.316.697,74
(a)	Variação da produção				0,00		0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade				0,00		0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	27.456,57		14.167,94	41.624,51	-20.248,90	21.375,61	43.579,59
74	Transferências e subsídios obtidos	14.557.141,95		3.676,65	14.560.818,60		14.560.818,60	15.088.584,88
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	201,81	76,58	278,39		278,39	65.775,55
	(B)	25.299.386,37	262.306,02	328.629,42	25.890.321,81		25.806.904,06	26.323.852,46
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.905.222,57	31.742,60	20,00	1.936.985,17		1.936.985,17	1.804.809,51
	(D)	27.204.608,94	294.048,62	328.649,42	27.827.306,98		27.743.889,23	28.128.661,97
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.811.235,47	67.756,34	13.811,00	1.892.802,81		1.892.802,81	2.863.417,07
	(F)	29.015.844,41	361.804,96	342.460,42	29.720.109,79		29.636.692,04	30.992.079,04
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	653.465,95	-135.353,91	-64.561,16	453.550,88		633.550,88	1.694.465,98
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	1.653.378,84	8.040,19	-13.465,50	1.647.953,53		1.647.953,53	1.436.320,24
	Resultados Correntes: (D - C)	2.306.844,79	-127.313,72	-78.026,66	2.101.504,41		2.281.504,41	3.130.786,22
	Resultado Líquido de Exercício: (F - G)	1.848.342,90	-82.883,83	-85.267,97	1.680.191,10		1.862.215,99	2.329.464,78



Two handwritten signatures are present on the left side of the page. The top signature is a stylized, cursive mark, possibly 'MM'. Below it is another cursive signature, which appears to be 'JF' followed by a longer, more complex name.

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CONSOLIDADAS 2012

De harmonia com o preceituado na Lei das Finanças Locais, as demonstrações financeiras consolidadas compreendem obrigatoriamente os anexos ao Balanço Consolidado e Demonstração de Resultados consolidada.

Considerando, assim, a necessidade de consolidar contas, resultante de imperativo legal, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada (art.º1.º) a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Générica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”.

Segundo a referida orientação, estes documentos devem seguir a estrutura idêntica à prevista no POCAL, tendo sido sugerido o modelo de estrutura do anexo.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial do modelo sugerido. As notas não mencionadas, ou não são aplicáveis ou dizem respeito a factos ou situações que não existe informação disponível para divulgação, mantendo-se contudo a referida ordenação.

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do município, integra as entidades de natureza empresarial (independentemente de revestirem formas de direito privado ou serem entidades empresariais locais de direito público) que deste participe, de forma direta ou indireta, em 100% do capital.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, ou seja participadas a 100%, são constituídas pelo Mercado Municipal de Bragança, E. M. e a Terra Fria Carnes, Lda.

A entidade consolidante é o município de Bragança. Enquanto pessoa coletiva territorial de âmbito municipal, através dos seus órgãos, visa a prossecução dos interesses próprios da população que representa, desempenhando funções no âmbito das suas atribuições e que se encontram dispostas na Lei 159/99 de 14 de Setembro de 1999.

O **MMB – Mercado Municipal de Bragança**, iniciou a sua atividade em Dezembro de 2002, inicialmente como Sociedade Anónima e posteriormente, em Julho de 2005, transformada em Empresa Municipal.

A sociedade, com sede em Bragança, no mercado municipal, tem como objeto a gestão e exploração do mercado Municipal de Bragança, e das suas envolventes diretas, o qual se destina ao comércio por retalho de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, a prossecução de outras atividades complementares ou subsidiárias.

É de referir que, por deliberação da Assembleia Municipal de 17 de Dezembro de 2012, foi aprovada, sob proposta da Câmara Municipal realizada em 26 de Novembro de 2012, a dissolução, liquidação e internalização das atividades do **MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.**

A **Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.**, tem por objeto o abate de animais – matadouro e comercialização de carnes, tem a sua sede no lote 213, Zona Industrial das Cantarias, Bragança.

É de referir que, em data posterior ao ano contabilístico de 2012, em 22 de Fevereiro de 2013, foi aprovado em deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal realizada no dia 28 de Janeiro de 2013 a dissolução, liquidação e internalização das atividades da empresa, *Terra Fria Carnes, Unipessoal, Lda.*

Grupo Municipal - Trabalhadores ao serviço, por categoria

Categoria	Município de Bragança	N.º de Trabalhadores			Total
		MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.		
Executivo/Administrador	4	3	1	8	
Dirigente	11				11
Técnico superior	37	1		38	
Assistente técnico	79	1		80	
Assistente operacional	216	3	9	228	
Informática	4			4	
Outros	12			12	
TOTAL	363	8	10		381

[Handwritten signature]
As seguintes entidades são excluídas do perímetro de consolidação, pois a proporção do capital detido pelo município, direta ou indiretamente, é inferior a 100%.

Nome da Entidade	Sede	% do capital detido em 2012
Associação para o Desenvolvimento Brigantia Ecopark	Forte S. João de Deus - Bragança	65,68
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Rua Eng. Frederico Ulrich, 2650 - Maia	—
Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes	Rua Abilio Beça, n.º75/76 - Bragança	10,62
Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Parque	Avenida Carvalho Araújo - Vila Real	—
Município- Empresa de Cartografia e Sistema de Informação, S.A.	Taguspark, Edifício Ciência Dois, 2, 3.º Piso-Porto Salvo	0,77
Soc. de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Avenida Osnabruck, 29 - Vila Real	3,82
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	Complexo Industrial do Cachão - Mirandela	4,545
PENOG-Parque Eólico da Nogueira, Lda	Rua 25 de Abril, n.º 25 - Espinho	5

2 – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística – SNC, e o município o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema – utilizado pela entidade consolidante – ou seja, o POCAL.

O município (entidade-mãe) deve aplicar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os critérios de valorimetria utilizados nas suas próprias demonstrações financeiras, pelo que os elementos do ativo, do passivo e dos fundos próprios/capital próprio, a incluir nas demonstrações financeiras consolidadas, devem ser valorizados segundo critérios de valorimetria uniformes ao grupo municipal e de acordo com o ponto 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL.

Em 2012 e 2011, as entidades incluídas no perímetro de consolidação utilizaram como principais critérios de valorimetria o disposto no Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, designado por SNC, enquanto que o município utilizou o POCAL. Considerando a impossibilidade das entidades consolidadas apresentarem as demonstrações financeiras preparadas no sistema contabilístico utilizado pela entidade consolidante, a consolidação foi efetuada sem a referida homogeneização valorativa, nomeadamente no âmbito das amortizações. Consideramos no entanto que tal facto não compromete a imagem verdadeira e apropriada das contas consolidadas.

3 – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Tendo em conta que o município detém a totalidade do capital das entidades do sector empresarial local, o método a utilizar é o de consolidação integral.

Refere a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro 15, «Investimentos em subsidiárias e consolidação», publicada no aviso n.º 15 655/2009, de 7 de Setembro, com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector.

Este método consiste na integração no balanço, na demonstração dos resultados e nos mapas de execução orçamental da entidade consolidante, dos elementos respetivos dos balanços, das demonstrações dos resultados e dos mapas de execução orçamental das entidades consolidadas.

As operações subjacentes a este método de consolidação são:

1. Homogeneização (temporal e valorativa) da informação;
2. Agregação (soma) de dados;
3. Anulação dos movimentos contabilísticos resultantes das operações internas.

Especificando as operações de consolidação referidas, salientamos os seguintes aspetos:

As entidades participadas utilizam como sistema de contabilidade o Sistema de Normalização Contabilística – SNC, e o município o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, assim, foi necessário homogeneizar a informação para um único sistema – utilizado pela entidade consolidante – ou seja, o POCAL.

As datas usadas na preparação das demonstrações financeiras são reportadas a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, tendo sido combinadas as demonstrações financeiras da entidade mãe e suas participadas, linha a linha, adicionando itens idênticos de ativos, passivos, capital próprio, proveitos e custos.

A fim de que as demonstrações financeiras consolidadas, apresentem informação acerca do grupo como a de uma entidade económica única, foram dados os seguintes passos:

- a) Eliminação da participação financeira da empresa detentora e dos capitais próprios da participada;
- b) A eliminação das operações internas obedeceu, designadamente às seguintes eliminações recíprocas:

Créditos e débitos. — Para a elaboração do balanço consolidado, os créditos e débitos entre as entidades que integram o perímetro de consolidação;

Custos e proveitos. — Para a elaboração da demonstração consolidada dos resultados foram eliminados os custos e proveitos, relativos às operações efetuadas entre as entidades que integram o perímetro de consolidação.

Correções de Consolidação

Eliminação dos investimentos financeiros

	MUNICIPIO DE BRAGANÇA	MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA,E.M.	TERRA FRIA CARNES, LDA.	CORREÇÕES CONSOLIDAÇÃO
Investimentos financeiros	-2.483.027,82			-2.493.999,99
Património		1.859.000,00	634.999,99	
Diferença de consolidação				10.972,17
				-2.483.027,82

Eliminação das operações recíprocas

1 - Resumo das Operações entre entidades do grupo municipal – anulação de saldos

	22.8 - Fornecedores
	21.1 - Clientes
Município de Bragança	- Faturas em recepção e conferência
Mercado Municipal de Bragança, EM	4.099,28
	-4.099,28

	26.8 - Outros devedores	59 - Resultados transitados	22.1 - Fornecedores c/corrente	26.1 - Fornecedores imobilizado
Município de Bragança	-68.254,27			
Mercado Municipal de Bragança, EM		0,03	14.174,20	54.080,04

	27.1 - Acréscimos de proveitos	22.1 - Fornecedores c/corrente
Município de Bragança	-583,97	
Terra Fria Carnes, Lda		583,97

2 - Resumo das Operações entre entidades do grupo municipal – anulação de transações

	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	69.7 - Custos e perdas extraordinários	71.1 - Vendas de produtos	71.2 - Prestações de Serviços	73 - Proveitos suplementares	(Balanço) 59 - Resultados transitados
Município de Bragança	-39.993,00		15.893,09		20.248,90	
Mercado Municipal de Bragança, EM	-36.141,99	-2.024,89		39.993,00		2.024,89

	63 - Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	(Balanço) 59 - Resultados transitados
Município de Bragança	-180.000,00	
Mercado Municipal de Bragança, EM	0,00	180.000,00

	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	71.1 - Vendas de produtos
Município de Bragança		7.282,76
Terra Fria Carnes, Lda	-7.282,76	

4 - Informações relativas ao endividamento

Embora a estrutura sugerida do modelo, refira neste ponto exclusivamente o endividamento de médio e longo prazos, informamos complementarmente, a informação das dívidas de médio e longo prazos cujo grau de exigibilidade será de curto prazo.

4 a) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos

O grupo municipal apresenta o seguinte endividamento de médio e longo prazos:

Código /designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)				Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total		
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7=5-6
23.1.2 Empréstimos de médio e longo prazo						
Banco Bilbao Vizcaya	0,00			0,00		0,00
Banco Bilbao Vizcaya	1.070.761,14			1.070.761,14		1.070.761,14
Banco Bilbao Vizcaya	1.333.333,32			1.333.333,32		1.333.333,32
Banco Bilbao Vizcaya	1.374.999,99			1.374.999,99		1.374.999,99
Banco Espírito Santo	199.424,36			199.424,36		199.424,36
Banco Espírito Santo	381.704,82			381.704,82		381.704,82
Banco Português Investimento	147.792,01			147.792,01		147.792,01
Caixa Geral Depósitos	65.077,19			65.077,19		65.077,19
Caixa Geral Depósitos	533.882,66			533.882,66		533.882,66
Caixa Geral Depósitos	1.248.993,00			1.248.993,00		1.248.993,00
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	654.958,85	691.364,11	223.905,80	1.570.228,76		1.570.228,76
26.1.1 Fornecedores de imobilizado c/c	241.855,41			241.855,41		241.855,41
TOTAL	7.252.782,75	691.364,11	223.905,80	8.168.052,66	0,00	8.168.052,66

a) A desagregar de acordo com as rubricas de balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros - médio e longo prazos

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

4 b) – Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazos – exigibilidade curto prazo

Considerando que as entidades participadas refletem nas suas demonstrações financeiras, os seus passivos com entidades, discriminados conforme o grau de exigibilidade, o quadro seguinte informa sobre o endividamento com entidades financeiras e fornecedores de imobilizado, cuja exigibilidade é de curto prazo:

Código /designação das contas a)	Dividas a terceiros - de curto prazos a)				Eliminação de Créditos/dívidas recíprocos	Grupo público consolidado
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7=5-6
23.1.1 Empréstimos de curto prazo Caixa Crédito Agrícola Mútuo		123.267,79	10.503,31	133.771,10		133.771,10
26.1.1 Fornecedores de imobilizado Direção Geral do Património Banco de Portugal	61.767,42			0,00 61.767,42 0,00		0,00 61.767,42 0,00
TOTAL	61.767,42	123.267,79	10.503,31	195.538,52	0,00	195.538,52

a) embora a natureza das dívidas seja de médio e longo prazos, o grau de exigibilidade (obrigação de pagamento) é de curto prazo

4 c) – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial

O grupo municipal apresentará previsivelmente as seguintes dívidas a terceiros em 31 de Dezembro de 2016

Código /designação das contas a)	Capital em Dívida em 31/12/2012				Pagamentos previstos durante os próximos 4 anos			Total dos pagamentos previstos Grupo Público consolidado	Capital Consolidado Previsível em Dívida no fim de 2016	
	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total Grupo Público consolidado	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.			
1	2	3	4	5=1+2+3+4	6	7	8	9=6+7+8	10=5-9	
Entidades financeiras	Banco Bilbao Vizcaya	0,00		0,00	0,00			0,00	0,00	
	Banco Bilbao Vizcaya	1.070.761,14		1.070.761,14	347.273,76			347.273,76	723.487,38	
	Banco Bilbao Vizcaya	1.333.333,32		1.333.333,32	333.333,36			333.333,36	999.999,96	
	Banco Bilbao Vizcaya	1.374.900,99		1.374.900,99	333.333,36			333.333,36	1.041.666,63	
	Banco Espírito Santo	199.424,36		199.424,36	199.424,36			199.424,36	0,00	
	Banco Espírito Santo	381.704,82		381.704,82	381.704,82			381.704,82	0,00	
	Banco Português Investimento	147.792,01		147.792,01	147.792,01			147.792,01	0,00	
	Caixa Geral Depósitos	65.077,19		65.077,19	65.077,19			65.077,19	0,00	
	Caixa Geral Depósitos	533.882,66		533.882,66	396.867,36			396.867,36	137.015,30	
	Caixa Geral Depósitos	1.248.993,00		1.248.993,00	1.110.216,00			1.110.216,00	138.777,00	
Forned. Imobilizado	Caixa Crédito Agrícola Mútuo	654.958,85	814.631,90	234.409,17	1.703.990,92	126.035,84	493.071,16	42.013,24	661.120,24	
	Direção Geral do Património	303.622,83			303.622,83	266.472,76			266.472,76	
	Banco de Portugal	0,00			0,00	0,00			0,00	
	TOTAL	7.314.550,17	814.631,90	234.409,17	8.363.591,24	3.707.530,82	493.071,16	42.013,24	4.242.615,22	4.120.976,02

Nota: Este quadro inclui igualmente as dívidas cujo grau de exigibilidade é considerada de curto prazo

5 – Informações sobre saldos e fluxos financeiros

O mapa seguinte apresenta os saldos e fluxos financeiros entre a entidade consolidante e consolidadas, não se tendo verificado no exercício de 2012 operações entre as entidades consolidadas.

Tipo de fluxos	Município de Bragança / MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM						Direitos/recebimentos			
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências	0,00	180.000,00		180.000,00	0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	85.694,54	78.528,32		91.869,34	72.353,52	85.694,54	78.528,32		91.869,34	72.353,52
Participações do capital em numerário					0,00		180.000,00		180.000,00	0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	85.694,54	258.528,32	0,00	271.869,34	72.353,52	85.694,54	258.528,32	0,00	271.869,34	72.353,52

Tipo de fluxos	Município de Bragança / Terra Fria Carnes, Lda.									
	Saldo inicial	Obrigações constituidas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	saldo final	Saldo inicial	Direitos constituidos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00
Subsídios					0,00					0,00
Empréstimos					0,00					0,00
Relações Comerciais	709,76	7.563,18		7.688,97	583,97	709,76	7.563,18		7.688,97	583,97
Participações do capital em numerário					0,00					0,00
Participações do capital em espécie					0,00					0,00
Outros					0,00					0,00
TOTAL	709,76	7.563,18	0,00	7.688,97	583,97	709,76	7.563,18	0,00	7.688,97	583,97

7 – Informações relativas a políticas contabilísticas

O Sector privado já utiliza o SNC – Sistema de Normalização Contabilística que transpôs para o Direito Interno as Normas Internacionais de Contabilidade, enquanto que os vários Planos sectoriais de Contabilidade do Sector Público, neste caso particular o POCAL, ainda não fizeram aquela transposição, obrigando a conversões, nomeadamente quando o perímetro engloba entidades que utilizam o SNC.

Como já foi referido, considerando a impossibilidade das entidades consolidadas apresentarem as demonstrações financeiras preparadas no sistema contabilístico utilizado pela entidade consolidante, a consolidação foi efetuada sem a totalidade da referida homogeneização valorativa. No entanto podemos considerar que esta situação não terá um efeito relevante nas contas do grupo consolidado.

Os critérios valorimétricos utilizados pela entidade consolidante, relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões, são os seguintes:

Imobilizado:

Regra geral, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.

Amortizações:

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes, de acordo com o ponto 2.7.2. do POCAL.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Existências:

São valorizadas ao custo de aquisição ou produção, sem prejuízo das exceções consideradas no ponto 4.2. do POCAL relativamente aos critérios valorimétricos. O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Dívidas de e a Terceiros:

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Provisões:

O POCAL estabelece um conjunto de princípios contabilísticos, entre os quais o *princípio da prudência*, cuja aplicação deverá conduzir à obtenção de uma imagem verdadeira e adequada da situação financeira, dos resultados e da execução orçamental da entidade. Decorre da aplicação deste princípio a possibilidade de integração nas contas de um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, permitir a criação de reservas ocultas ou de provisões excessivas ou a deliberada quantificação de activos e proveitos por defeito ou de passivos e custos por excesso.

Considerando que a constituição de provisões deve respeitar apenas as situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às suas necessidades, são contabilizadas as seguintes provisões:

Provisões para cobrança duvidosa - Quanto às dívidas de *Clientes, Contribuintes e Utentes* cuja cobrança seja duvidosa e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado, são constituídas provisões segundo o estabelecido no 2.7.1 do POCAL. Nestes termos foi considerada a provisão de 50% para dívidas em mora há mais de 6 e até 12 meses e a provisão de 100% para aquelas que se encontram em mora há mais de 12 meses.

Provisão para riscos e encargos, processos judiciais em curso - Esta conta serve para registar as responsabilidades de natureza específica e provável, derivadas da instauração de processos judiciais e cuja resolução pelos tribunais está em curso.

Acréscimos e Diferimentos:

Os custos e proveitos são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que são reconhecidos à medida que são incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e depósitos bancários são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

8. Informações relativas a determinadas rúbricas

8 a) – As despesas de instalação, investigação e desenvolvimento, perfazem o valor líquido de 443.139,37 euros, registando-se no exercício um aumento de 186.058,90 euros. As quantias registadas são relativas à aquisição de serviços para a elaboração de vários projetos como o de reconversão urbanística da zona do Forte São João de Deus e execução dos edifícios da Sede do Município, gestão fundiária e qualificação urbana e paisagística do concelho de Bragança, revisão do

estudo hidrológico e hidráulico operacional, observação, segurança e exploração da Barragem da Serra Serrada, entre outros.

8 b) – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do Balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões

	Rubricas	Saldo Inicial Grupo Público	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final Grupo Público
41	Activo Bruto				
411	Investimentos financeiros:	1.236.469,69	200.000,00	0,00	1.436.469,69
4111	Associações de municípios	254.326,89	200.000,00	0,00	454.326,89
4112	Empresas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00
4113	Empresas privadas ou cooperativas	3.741,00	0,00	0,00	3.741,00
4114	Empresas publicas	249.879,69	0,00	0,00	249.879,69
4141	Terrenos e recursos naturais	713.079,59	0,00	0,00	713.079,59
4142	Edifícios e outras construções	13.442,52	0,00	0,00	13.442,52
4153	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
42	Imobilizações corpóreas:	93.920.793,18	8.694.716,45	99.722,08	102.715.231,71
421	Terrenos e recursos naturais	17.494.326,48	201.526,49	-34,00	17.695.818,97
422	Edifícios e outras construções	59.765.111,31	489.620,95	2.000.884,90	62.255.617,16
423	Equipamento básico	4.847.145,91	53.882,90	274.152,96	5.175.181,77
424	Equipamento de transporte	4.158.305,60	139.323,39	0,00	4.297.628,99
425	Ferramentas e utensílios	1.061.296,46	34.558,95	-13.608,85	1.082.246,56
426	Equipamento administrativo	2.093.749,91	178.964,36	-53.421,84	2.219.292,43
429	Outras Imobilizações Corpóreas	153.426,97	1.891,21	0,00	155.318,18
442	Imobilizações em Curso	4.347.430,54	7.594.948,20	-2.108.251,09	9.834.127,65
43	Imobilizações incorpóreas:	1.889.654,16	186.058,90	0,00	2.075.713,06
431	Despesas de instalação	1.726.805,25	102.426,60	0,00	1.829.231,85
432	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	162.848,91	24.232,35	0,00	187.081,26
443	Imobilizações em Curso	0,00	59.399,95	0,00	59.399,95
45	Bens de domínio público	142.265.710,93	3.318.115,34	-191.938,58	145.391.887,69
451	Terrenos e recursos naturais	5.090.733,20	46.425,38	0,00	5.137.158,58
452	Edifícios	468.261,67	0,00	0,00	468.261,67
453	Outras construções	119.794.792,38	87.409,71	9.548.118,27	129.430.320,36
455	Bens do património histórico	1.292.882,75	43.210,32	-871,50	1.335.221,57
459	Outros bens do domínio público	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
445	Imobilizações em Curso	15.476.932,45	3.141.069,93	-9.739.185,35	8.878.817,03
TOTAL		239.312.627,96	12.398.890,69	-92.216,50	251.619.302,15

Rubricas		Saldo Inicial Grupo Público	Reforços	Regularizações	Saldo Final Grupo Público
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
48.2	De Imobilizações Corpóreas	16.106.942,53	2.454.290,33	164.540,55	18.396.692,31
48.2.2	Edifícios e Outras Construções	6.887.706,87	1.431.266,35	6.029,68	8.312.943,54
48.2.3	Equipamento básico	3.399.787,63	556.247,87	20.739,90	3.935.295,60
48.2.4	Equipamento de transporte	3.120.993,00	255.778,88	81.052,54	3.295.719,34
48.2.5	Ferramentas e utensílios	849.810,16	61.348,71	12.856,89	898.301,98
48.2.6	Equipamento administrativo	1.711.889,11	144.705,21	43.861,54	1.812.732,78
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	136.755,76	4.943,31	0,00	141.699,07
48.3	De Imobilizações Incorpóreas	1.368.559,23	264.014,46	0,00	1.632.573,69
48.3.1	Despesas de instalação	1.230.256,98	235.546,44	0,00	1.465.803,42
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	138.302,25	28.468,02	0,00	166.770,27
48.5	Bens de Domínio Público	26.471.133,69	4.165.091,29	0,00	30.636.224,98
48.5.2	Edifícios	89.764,13	7.333,28	0,00	97.097,41
48.5.3	Outras construções	26.067.711,47	4.138.094,77	0,00	30.205.806,24
48.5.5	Bens do património histórico, artíst. e cultural	171.549,61	19.663,24	0,00	191.212,85
48.5.9	Outros bens de domínio público	142.108,48	0,00	0,00	142.108,48
TOTAL		43.946.635,45	6.883.396,08	164.540,55	50.665.490,98

As **amortizações acumuladas do grupo público** apresentam em final do ano de 2012, e termos absolutos 50.665.490,98 euros, resultante da incrementação ao saldo inicial de 43.946.635,45 euros de 6.883.396,08 euros de reforços e 164.540,55 euros de regularizações.

O seguinte quadro apresenta os valores globais repartidos pelas entidades que compreendem o grupo público:

	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Município de Bragança	41.919.387,00	6.752.962,51	164.540,55	48.507.808,96
MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	1.023.788,49	106.265,58	0,00	1.130.054,07
Terra Fria Carnes, Lda.	1.003.459,96	24.167,99	0,00	1.027.627,95
Total do Grupo Público	43.946.635,45	6.883.396,08	164.540,55	50.665.490,98

Os reforços de Amortizações acumuladas do Município de Bragança incluem as importâncias provenientes das amortizações do exercício de 2012 em 5.981.333,67 euros e 771.628,84 euros de regularizações de anos anteriores, relevadas na conta «59 - Resultados transitados». No que respeita às regularizações (diminuições), 78.208,09 euros são provenientes de abates e 86.332,46 euros de outras regularizações relevadas na conta «59 - Resultados transitados», uma vez que a data do facto patrimonial reporta a exercícios anteriores.

8 j) – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:

Designação	Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total
Vendas	1.807.184,69	0,00	114.905,63	1.922.090,32
Prestação de serviços	3.050.083,12	222.111,21	195.802,62	3.467.996,95
TOTAL	4.857.267,81	222.111,21	310.708,25	5.390.087,27

8 m) – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial

Remunerações a)				
Município de Bragança	MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM	Terra Fria Carnes, Lda.	Total	
Órgão executivo	152.030,27	3.272,64	3.640,00	158.942,91
Órgão de fiscalização	58.830,40	3.690,00	0,00	62.520,40
TOTAL	210.860,67	6.962,64	3.640,00	221.463,31

a) Considerado o princípio da especialização dos exercícios

8 q) – Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e perdas	Exercício		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2012	2011			2012	2011
681	Juros suportados	272.392,09	340.349,31	781	Juros obtidos	45.069,11	45.133,83
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	A amortizações de investimentos em imóveis			783	Rendimento de imóveis	1.794.748,68	1.740.640,29
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de participações de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	16.639,55	28.139,96	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	97.167,38	19.035,39
	Resultados financeiros	1.647.953,53	1.436.320,24			1.936.985,17	1.804.809,51
		1.936.985,17	1.804.809,51				

8 r) – Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
691	Transferências de capital concedidas	1.974.404,88	1.867.772,86	791	Restituição de impostos	0,00	
692	Dívidas incobráveis	20.921,83		792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências			793	Ganhos em existências	499,42	
694	Perdas em imobilizações	13.974,41	418.476,52	794	Ganhos em imobilizações	18.028,85	548.918,62
695	Multas e penalidades	15.975,10		795	Benefícios e penalidades contratuais	15.653,30	25.905,59
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	575.644,69
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	280.373,78	1.346.469,06	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	16.877,51	311.083,53
698	Outros custos e perdas extraordinários	6.441,23	32.020,07	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.841.743,73	1.401.864,64
Resultados extraordianários		-419.288,42	-801.321,44			1.892.802,81	2.863.417,07
			1.892.802,81				

8 s) Os movimentos ocorridos nas provisões são os seguintes:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	129.508,74	93.632,64		223.141,38
292	Provisões para riscos e encargos	9.272.161,96	474.120,49		9.746.282,45
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
		9.401.670,70	567.753,13	0,00	9.969.423,83

A conta de provisões para cobrança duvidosa, de acordo com o risco de incobrabilidade dos respectivos créditos sobre clientes e utentes, sofreu um incremento no exercício de 2012 de 93.632,64 euros, perfazendo o valor acumulado de 223.141,38 euros, sendo uma parte relativa ao Município de Bragança (47.069,43 euros) e outra parte (46.563,21 euros) relativa a risco de incobrabilidade de créditos sobre clientes da entidade participada – MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.M..

As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso/ processos instaurados contra o Município de Bragança que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2012 - sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes - o valor global considerado previsível é de 9.746.282,45 euros. Assim, no exercício de 2012 procedeu-se ao aumento na importância de 474.120,49 euros. Esta variação líquida é originada pelo aumento de processos reclamados no exercício – ou atualizações aos existentes – no valor de 1.593.998,94 euros e diminuições no valor de 1.119.878,45 euros, provenientes de processos com resolução favorável ao Município.